

CURTAS

17/01

ADEF-SS

A associação das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Sebastião (ex-APDSS), não gostou nenhum pouco de saber que o nome da entidade consta de um projeto de lei, de autoria do presidente da Câmara, Marcos Leopoldino, e que foi vetado pelo prefeito Juan Garcia. “Nós não fomos comunicados disso, não autorizamos e nem permitiremos que a entidade seja usada politicamente por ninguém”, comentou o presidente da associação, Mônico Santos Silva.

Veto

O projeto de Lei nº. 73/07 obriga as agências bancárias a adaptarem os caixas eletrônicos, com o intuito de possibilitar o acesso de deficientes físicos ao equipamento. O prefeito vetou o projeto aprovado por unanimidade pelos vereadores, alegando que ele cria obrigação da prefeitura efetuar uma fiscalização “diversa daquela existente”, além do que a matéria já é objeto de regulamentação por legislação federal.

Legitimidade

Mônico lembra que também o decreto 5.296, que regulamenta a lei federal 10.048, em seu artigo 4º, dá legitimidade às organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência para acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento dos requisitos estabelecidos na legislação do setor. “Nós somos a única entidade que representa as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida na cidade e nunca fomos consultados sobre o projeto do vereador”, informou ele.

Leopoldino

O presidente da Câmara não foi localizado pela coluna ontem para comentar o assunto. Mas uma nota da assessoria de Imprensa da Câmara, informa que ele discorda do veto ao seu projeto. “Hoje para ir até a Prefeitura pagar seus impostos, ao hospital, ao supermercado e mesmo às agências bancárias, o deficiente físico enfrenta uma maratona de obstáculos e, muitas vezes, desiste de sair de casa, no entanto, os comércios tiveram que se adaptar para conseguir o alvará de funcionamento. Na minha opinião, isso mostra que o governo não está preocupado com a população porque não pratica a inclusão social quando isso dói no próprio bolso”, afirma o presidente da Câmara.